

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.022 - RS (2019/0324490-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **MAURÍCIO DAL AGNOL**
ADVOGADOS : **ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310**
: **LUCIANO MARTINS - RS079401**
: **ÂNGELA FAGANELLO - RS081608**
RECORRIDO : **AUGUSTO BARBOSA SANTOS**
ADVOGADOS : **SIMONE CECILIA RAUPP - RS038538**
: **DIEGO RAUPP - RS083140**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. MANDATO. INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS. RECEBIMENTO DE VALORES PELO ADVOGADO. FALTA DE REPASSE PARA O CLIENTE. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DO ABUSO.

1. Os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o advogado deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos em razão do cumprimento do mandato. Precedentes.

2. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. MANDATO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. CASO CONCRETO.

MATÉRIA DE FATO. ABATIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CABIMENTO. JUROS SOBRE O DANO MATERIAL A CONTAR DO MOMENTO EM QUE HOUE O ABUSO DO MANDATO (ART. 670 DO CC). VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA. OS HONORÁRIOS DEVEM SER CONDIZENTES COM O TRABALHO EXIGIDO E PRODUZIDO PELOS PROFISSIONAIS. APELO PROVIDO EM PARTE.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

No recurso especial, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação do art. 405 do CC. Argumenta que os juros de mora referentes danos materiais incidem somente a partir da citação.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, conforme certidão de fls. 164.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 166-176).

É o relatório.

DECIDO.

2. No tocante ao termo inicial dos juros de mora do dano material, o Tribunal de origem concluiu que são devidos desde a data do alvará.

Assim, nota-se que o Tribunal local decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o advogado deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos em razão do cumprimento do mandato.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANDATO. ADVOGADO. OBRIGATORIEDADE. SALDO CREDOR APURADO NA SEGUNDA FASE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA ARTS. 1.301 E 1.303, DO CÓDIGO CIVIL/1916. SÚMULA 43/STJ.

- A prestação de contas é inerente ao instituto do mandato, sendo obrigação do mandatário prevista no Código Civil e na Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

- Comete ilícitos contratuais o mandatário que não presta contas ao mandante e não lhe entrega o que recebeu em nome desse. Exegese dos arts. 1.301 e 1.303, ambos do Código Civil/1916

- **Se o advogado não presta contas ao cliente por quantias recebidas no processo e é condenado em ação de prestação de contas, a correção monetária e os juros moratórios sobre o saldo credor devem incidir a partir do momento que deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos durante o cumprimento do mandato.** Incidência da Súmula n.º 43 do STJ e do art. 1.303 do Código Civil/1916.

- Incide correção monetária em todos os débitos judiciais, inclusive sobre o saldo credor apurado em sentença da segunda fase de ação de prestação de contas.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 687.101/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 02/05/2006, p. 307 - g.n.)

MANDATO. Juros. Termo inicial.

Os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação. Art. 1303 do CCivil.

Recurso conhecido e provido.

(REsp 249.382/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2000, DJ 26/06/2000, p. 181 -

Superior Tribunal de Justiça

g.n.)

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator